

Junho/julho de 2016 – nº 475

Responsável: Diretoria Colegiada
Secretaria de Tecnologia da Comunicação
Diretor: João Carlos de Rosis



Sindiluta

SINDICATO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS, PLÁSTICOS, FARMACÊUTICOS E SIMILARES DE SÃO PAULO E REGIÃO

O povo está nas ruas por direitos e empregos

O governo ilegítimo de Temer mostrou a quem serve. Seu objetivo é flexibilizar as leis trabalhistas, piorar as regras da Previdência e favorecer bancos e empresários. O povo não é bobo e está nas ruas se preparando para uma greve geral em defesa do País.

Ricardo Suckert/Instituto Lula

AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS DO GOVERNO ILEGÍTIMO

- Cunha é cassado pelo Conselho de Ética por manter contas secretas no exterior
- Legislativo abre delações premiadas, e os principais partidos políticos do País estão envolvidos; PMDB e PSDB estão entre os mais citados
- Três ministros de Temer caem por estarem envolvidos em denúncias de corrupção
- Temer também é citado nas delações; segundo Sérgio Machado (Transpetro), pediu doações para a campanha de Gabriel Chalita em 2012



EDITORIAL

As contradições de um governo ilegítimo

A grande alegação para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi o descontrole das contas públicas, com gastos excedendo receitas, a elevada taxa de juros que inibia investimentos e a insegurança do mercado. E a grande contradição é que com o governo ilegítimo de Temer a situação só piorou.

O governo interino aprovou no Congresso a ampliação do déficit para 2016 de mais de R\$ 96,6 bilhões, previstos pela presidenta Dilma, para R\$ 170,5 bilhões, ou seja, o dobro.

O outro grande obstáculo eram as taxas de juros. Esperava-se de um governo que promete recolocar a economia nos eixos a redução das taxas básicas. Mas, para surpresa de todos, na última reunião do Banco Central as taxas foram mantidas no mesmo patamar. A alegação é que serão reduzidas naturalmente, quando

a inflação caminhar para o centro da meta. Como se isso fosse possível!

Distante de medidas que melhoram a economia e o nível de emprego, e na contramão de tudo o que estava sendo realizado no País em termos de políticas sociais, Temer envia ao Congresso a proposta de congelar por 20 anos os gastos públicos. Isso significa que os orçamentos das áreas de saúde e educação, fundamentais para o desenvolvimento econômico, serão corrigidos apenas pela inflação passada. Na prática, nos próximos 20 anos não haverá dinheiro para construção de escolas e hospitais, sem nenhum efeito prático sobre a retomada do crescimento.

O governo destinará todo o aumento de riqueza do País para o pagamento dos juros da dívida pública. Só este ano serão pagos mais de R\$ 500

bilhões, muito próximo do orçamento da Seguridade Social, que envolve a assistência social, saúde e Previdência.

Para completar o pacote de maldades, ameaça todos os brasileiros com a reforma da Previdência e a desvincula-

Todas as medidas do governo interino apontam para uma acelerada retirada de direitos e para o empobrecimento da população

ção do salário mínimo dos benefícios. Isso quer dizer que a correção dos benefícios vai ficar abaixo da correção do salário mínimo.

Mas essa não é a única

ameaça. A flexibilização da legislação trabalhista e a aprovação da terceirização para todas as atividades das empresas também estão na pauta do dia.

Todas as medidas do governo interino apontam para uma acelerada retirada de direitos e para o empobrecimento da população mais vulnerável, privilegiando empresários, banqueiros e o grande capital.

Se alguém ainda tinha dúvidas sobre o que estava por trás do processo de impeachment da presidenta Dilma, agora não tem mais.

A cassação do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o grande articulador do impeachment, finalmente foi aprovada pelo Conselho de Ética. Seu pedido de prisão também já foi feito junto ao STF. O parlamentar está envolvido em denúncias de corrupção e tem contas secretas não de-

claradas fora do País.

Os novos fatos confirmam as denúncias da própria presidenta de que ele passou a perseguir-la porque ela se negou a fazer qualquer tipo de acordo com ele. O objetivo de Cunha sempre foi estancar a Operação Lava Jato para se proteger e proteger o PMDB, que aparece como um dos partidos mais envolvidos em corrupção, ao lado do PSDB, nas últimas delações premiadas.

O jogo está ficando cada vez mais claro e, se a classe trabalhadora não preparar o ataque, é ela quem vai perder.

Os trabalhadores precisam lutar para impedir os retrocessos e garantir seus direitos. Esse governo ilegítimo é porta-voz do atraso e do autoritarismo. Retomar nossa vocação democrática e o crescimento do País é o grande desafio.

Diretoria Colegiada

Pesquisa Vox Populi mostra descontentamento da população

A última pesquisa Vox Populi, realizada em junho, mostra que a população está descontente com o governo interino. Michel Temer é avaliado de for-

ma negativa por 49% dos entrevistados no Nordeste e por 45% no Sudeste. Para 32% do total de entrevistados, Temer está sendo considerado pior do

que o esperado.

Aumentou de 32% para 55% o número dos que achavam que os direitos dos trabalhadores iriam piorar, e 52% acreditam

que o desemprego também vai aumentar. Em relação aos programas sociais, 56% acreditam que haverá retrocessos. Para 67% dos entrevistados, deve-

riam ser convocadas novas eleições presidenciais ainda neste ano, e 69% não acreditam que o impeachment é solução para os problemas do País.





Luta agora é para garantir direitos

Mais de 100 mil trabalhadores ocuparam a avenida Paulista em defesa dos direitos e contra o governo ilegítimo de Temer

No último dia 10 de junho, mais de 100 mil trabalhadores ocuparam a Avenida Paulista para defender seus direitos e para protestar contra o governo ilegítimo de Temer. Manifestações do mesmo porte ocorreram em todo o País, organizadas pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

As entidades participantes reforçaram os riscos do golpe em curso no Brasil, que representa um grande retrocesso para os trabalhadores.

Vagner Freitas, presidente nacional da CUT, disse que a Central não aceitará mudanças na aposentadoria como idade mínima e tempo igual entre homens e mulheres. “Esse desgoverno, em um mês, causou mais transtorno para a classe trabalhadora do que nós poderíamos imaginar. Não aceitaremos

nenhuma mudança na Previdência que não seja discutida no Fórum dos Trabalhadores. Também não podemos aceitar o fim do Ministério da Previdência e sua integração ao Ministério da Fazenda, como se fosse um artigo econômico. O sistema de seguridade e previdência é um patrimônio do Brasil e não há nenhuma condição de negociação conosco”, disse.

O ex-presidente Lula também participou do ato na Paulista e desabafou: “Os cozinhas têm vergonha de dizer que eles também não querem o Temer. Eu quero é ver essas pessoas agora na rua, porque não é possível que ainda não tenham se dado conta do que esse governo está fazendo para desmontar este País”.

Lula também lembrou que os seus dois mandatos e



Ricardo Stuckert/Instituto Lula

o mandato de Dilma mostraram que investir nos pobres desfez uma série de mentiras sempre repetidas ao longo da

história brasileira. “Provamos que dar aumento para o salário mínimo – e foi 74% de aumento – não causa inflação.

A gente também provou que aumento real para os trabalhadores durante 12 anos não causa inflação”, disse.

Ministros do TST saem em defesa da CLT

Os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho divulgaram no dia 13 de junho um manifesto em que defendem a manutenção das regras trabalhistas e criticam o uso da crise para a defesa da retirada de direitos.

O posicionamento dos ministros contraria o presidente do Tribunal, Ives Gandra da Silva Martins Filho, empossado em fevereiro, que tem

defendido a mudança e a flexibilização das regras trabalhistas.

O manifesto alerta: “O momento em que vivemos não tolera omissão! É chegada a hora de esclarecer a sociedade que a desconstrução do Direito do Trabalho será nefasta sob qualquer aspecto: econômico (com diminuição dos valores monetários circulantes e menos consumidores para

adquirir os produtos oferecidos pelas empresas, em seus diversos ramos); social (com o aumento da precarização e da pauperização); previdenciário (...); segurança (...); político (pela instabilidade causada e consequente repercussão nos movimentos sociais); saúde pública, entre tantos outros aspectos”.

O secretário nacional de Assuntos Jurídicos da CUT,

Valeir Ertle, destaca que os 19 ministros que assinam esse manifesto são os mesmos que se posicionaram contra o projeto da terceirização total. Ele lembra que, em março, as centrais se reuniram com Gandra e refutaram a tese da prevalência do negociado sobre o legislado, proposta pelo presidente do TST. “Ele é um aliado do Temer e quer ajudar a encaminhar a visão

do empresariado e passar a conta para os trabalhadores”, analisa.

Há 55 projetos em tramitação no Congresso Nacional que, se aprovados, retiram importantes direitos dos trabalhadores. Acompanhe a seguir alguns dos mais nocivos ao mundo do trabalho e confira no link <http://tinyurl.com/55projetos> a lista completa.

Projetos Trabalhistas que estão tramitando no Congresso

1. Regulamentação da terceirização sem limite, permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado e PLS 87/2010 – Senado);
2. Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 – Câmara);
3. Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho, permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara);
4. Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara);
5. Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 – Câmara);
6. Prevalência do negociado sobre o legislado nas relações trabalhistas (PL 4193/2012 – Câmara);
7. Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (PL 7341/2014 – Câmara);
8. Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 – Câmara);
9. Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora (PL 3785/2012 – Câmara);
10. Estabelecimento do Código de Trabalho (PL 1463/2011 – Câmara);
11. Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 – Câmara);
12. Vedação da ultra-atividade das convenções ou acordos coletivos (PL 6411/2013 – Câmara);
13. Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores (PL 6906/2013 – Câmara);
14. Regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado);
15. Estabelecimento do Simples Trabalhista, criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 – Câmara);
16. Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado);
17. Sustação da Norma Regulamentadora 12, sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 – Senado);
18. Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica (PL 5140/2005 – Câmara);
19. Tempo de deslocamento do empregado até o local de trabalho e o tempo de retorno não integram a jornada de trabalho (PL 2409/2011 – Câmara);
20. Sustação da Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 – Câmara);
21. Sustação das Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 – Câmara);
22. Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara);
23. Estabelecimento do trabalho de curta duração (PL 3342/2015 – Câmara);
24. Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal (PEC 127/2015 – Senado);
25. Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, às regras do Código de Processo Civil (PL 3871/2015 – Câmara);
26. Reforma da execução trabalhista (PL 3146/2015 – Câmara).

Trabalhadores prestigiam inauguração da Lapa

A nova subseção da Lapa (Rua John Harrison, 175) foi oficialmente inaugurada no dia 19 de junho com homenagens a dois importantes companheiros de luta da região. Um dos auditórios recebeu o nome de José Custódio de Almeida e o outro de Martisalem Covas Pontes (Matu).

João Carlos de Rosis, secretário de Imprensa, lembrou que Matu militou na década de 1980 ao lado de outros companheiros no processo de oposição ao Sindicato dos Plásticos, que era pelego. “Fazer oposição em plena ditadura militar não era fácil. A repressão era grande. Com dificuldade e graças ao apoio dos Químicos de São Paulo conseguimos ganhar a eleição e posteriormente unificamos os dois sindicatos. O

Matu também era atuante nos movimentos sociais da região da Lapa. A história dele se mistura com a história da região”, lembrou.

A diretora Rosana Sousa de Deus, que também é membro da executiva da CUT, lembrou a importante participação de Almeida, principalmente nas discussões raciais. “Senhor Almeida sempre defendeu a questão da igualdade e teve uma participação muito importante aqui na região”, enfatizou.

O coordenador-geral, Osvaldo Bezerra lembrou que os investimentos do Sindicato na nova subseção visam proporcionar melhor atendimento aos sócios. “Este prédio é da categoria. Aqui vamos oferecer cursos de formação e potencializar a ação sindical na região”, concluiu.

Nova subseção deve abrigar novos serviços e cursos de formação

Fotos: Wilton Andrade



Diretoria inaugura a nova subseção da Lapa e homenageia companheiros de luta. Almeida Filho (esq.) desce a placa em homenagem a seu pai.

Fotos: Eduardo Oliveira



Mulheres se reúnem na Lapa

As trabalhadoras químicas da região da Lapa se reuniram no último domingo (12) para o segundo encontro regional da Secretaria da Mulher Trabalhadora, e novamente as discussões se pautaram na conjuntura política e nas investidas do governo Michel Temer (PMDB) contra os direitos dos trabalhadores.

A assessora econômica do Sindicato, Marilene Teixeira, explicou que existem 55 projetos

em tramitação no Congresso Nacional e que, desses, 26 estão diretamente ligados à área trabalhista. “O objetivo deste governo é atender a demanda dos patrões, e para a bancada patronal direito trabalhista é custo”, explicou Marilene. A assessora lembrou ainda que a liberação da terceirização para todas as atividades das empresas está nessa lista e deve voltar à votação em breve.



IX Copa Sindquim acontece dia 10 de julho na quadra da Playball

CURTA: UNISOLI TURISMO & EVENTOS

UNISOLI
TURISMO E EVENTOS

GRANDES DESTINOS
COM OS MELHORES PREÇOS
CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O SINDICATO

Contate-nos: +55 11 2626.6830 unisoli.com.br